

Os fatores explicativos das divulgações relacionadas às taxas de desconto por entidades listadas em Portugal

Miguel Assunção¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2613-3509>

E-mail: 20190227@alunos.iscal.ipl.pt

Fábio Albuquerque¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8877-9634>

E-mail: fhalbuquerque@iscal.ipl.pt

¹ Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Lisboa, Portugal

Recebido em 16.11.2021 – Desk aceite em 23.12.2021 – 3.ª versão aprovada em 19.06.2022

Editor-Chefe: Fábio Frezatti

Editor Associado: Eliseu Martins

RESUMO

Este artigo visa identificar os fatores explicativos dos níveis de divulgação obrigatória (DO) e de divulgação voluntária (DV) relacionados às taxas de desconto, com base em teorias de divulgação. O tamanho, a alavancagem, a rentabilidade e as empresas de auditoria foram selecionados a partir de diferentes teorias, a saber: teoria da agência, teoria da sinalização, teoria positiva da contabilidade – incluindo a hipótese do custo político, e a teoria do custo do capital. Além disso, a materialidade (peso dos itens) e a relevância (natureza) do tópico também foram consideradas, com base nas evidências já obtidas na literatura. As pesquisas sobre as divulgações relacionadas às taxas de desconto foram avaliadas como um tópico incidental ou a partir de uma análise de escopo limitado, particularmente em respeito às DOs. Este trabalho avalia o tópico mencionado como seu objeto específico de análise tanto para DO como para DV. O uso da taxa de desconto vem assumindo uma importância crescente nos relatórios financeiros. Portanto, esse tópico deve merecer atenção especial por parte dos organismos internacionais de normalização. O entendimento do conjunto adequado de itens a serem divulgados e a compreensão dos fatores que explicam sua divulgação, alinhados com os esforços para assegurar seu cumprimento pelas autoridades legais, podem contribuir para reduzir assimetrias e aumentar a transparência nos relatórios financeiros das entidades. Este estudo utiliza o método de pesquisa de arquivo e análise de conteúdo de relatórios e contas consolidadas para o ano de 2020 das entidades listadas na Euronext Lisboa. Foram utilizados modelos de regressão, tendo índices de divulgação relacionados às taxas de desconto como variáveis dependentes. Foi encontrada associação positiva entre as divulgações relacionadas às taxas de desconto e o tamanho da entidade, assim como a materialidade e a relevância, avaliada pelo peso dos itens e a natureza do tópico em avaliação, respectivamente. Este trabalho acrescenta novos fatores explicativos sobre as DVs e DOs relacionados às taxas de desconto em uma perspectiva de análise mais extensa.

Palavras-chave: divulgação, mercado acionário português, fatores explicativos, taxas de desconto, valor presente.

Endereço para correspondência

Fábio Albuquerque

Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Avenida Miguel Bombarda, 20 – 1069-035

Lisboa – Portugal

Este é um texto bilíngue. Este artigo foi escrito originalmente no idioma inglês, publicado sob o DOI <https://doi.org/10.1590/1808-057x20221578.en>



1. INTRODUÇÃO

Seja na mensuração pelo valor presente ou mesmo usando o valor justo como base de medição, a taxa de desconto é uma variável fundamental e pode causar impactos relevantes na posição financeira e no desempenho das entidades consoante os valores envolvidos (PricewaterhouseCoopers [PWC], 2018).

O valor presente, como base para mensurar o valor atual, alcançou relativo destaque ao longo do tempo (Alberto & Lopes, 2010; He, 2020; Peasnell, 1977). As taxas de desconto estão associadas ao conceito de valor atual através do valor da moeda no tempo e de incertezas associadas, pois é a inclusão de uma taxa de desconto que obterá a melhor estimativa do valor atual de entradas ou saídas futuras (§ B13, International Financial Reporting Standards 13 [IFRS 13]).

Algumas International Accounting Standards (IAS) e IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) exigem e outras permitem o uso de taxas de desconto na estimativa de fluxos de caixa futuros.

Segundo a pesquisa de Blum e Thérond (2019), a taxa de desconto é mencionada em 12 IAS e IFRS, resultando em aproximadamente 21% das IAS e 35% das IFRS, o que inclui, por exemplo, arrendamentos (IFRS 16), benefícios a empregados (IAS 19), contabilização e reporte de planos de benefícios de aposentadoria (IAS 26), *impairment* de ativos (IAS 36), provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37), ativos intangíveis (IAS 38), contratos de seguro (IFRS 4), ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (IFRS 5), instrumentos financeiros (IFRS 9), mensuração do valor justo (IFRS 13) e receitas de contratos com clientes (IFRS 15).

Entretanto, uma comparação entre as diferentes normas mostra algumas inconsistências quanto à definição, requisitos de divulgação, bem como a falta de objetividade na determinação da taxa de desconto a ser aplicada, abrindo uma oportunidade para a seleção dessa variável, consoante os objetivos da entidade ou, ainda, uma deterioração da qualidade ou quantidade de informações divulgadas aos usuários das demonstrações financeiras (Alberto & Lopes, 2010; IASB, 2019).

Através da divulgação obrigatória (DO) e da divulgação voluntária (DV), as entidades podem apresentar, explicar e, acima de tudo, fundamentar os julgamentos formulados para encontrar a taxa de desconto mais apropriada para a mensuração de cada ativo ou passivo (Meek et al. 1995). A decisão de divulgar ou não divulgar é complexa, pois requer um julgamento para cada caso específico e a ponderação dos custos e benefícios de seguir uma determinada opção, especialmente quando se trata de informações sensíveis (Saha & Bose, 2021; Sarquis et al., 2021). Entretanto, em um

tópico como a taxa de desconto utilizada para a mensuração de ativos e passivos, que requer elevado julgamento e, por outro lado, se mostra complexo devido à multiplicidade de opções na seleção dos *inputs* a serem utilizados, parece ser possível basear as escolhas apenas através da divulgação apropriada (Oliveira et al., 2006).

Assim, o tema em análise é assumido como relevante devido ao impacto quantitativo e qualitativo que a seleção da taxa de desconto pode ter sobre a posição financeira e o desempenho das entidades, afetando a percepção, a opinião e, finalmente, as decisões de todos os interessados nos relatórios financeiros das entidades envolvidas (Alberto & Lopes, 2010; Ernest & Young Global Limited, 2016; PWC, 2018).

Com base nessas considerações, este estudo baseia-se na seguinte questão: que fatores podem explicar o nível de divulgação de informações (DO ou DV) relacionadas às taxas de desconto por entidades listadas na Euronext Lisboa? Assim, o objetivo geral deste estudo será a identificação e análise dos fatores explicativos dos níveis de DO e DV sobre as taxas de desconto, à luz das teorias e da literatura sobre o assunto. Para atingir o objetivo geral, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os critérios definidos nas diferentes IFRS para a seleção das taxas de desconto a serem utilizadas e os respectivos requisitos de divulgação; (ii) identificar o nível de divulgação dos requisitos relacionados às taxas de desconto utilizadas pelas entidades listadas em Portugal; e (iii) analisar quaisquer fatores que determinem os critérios utilizados na seleção das taxas de desconto e a respectiva divulgação sobre esse assunto.

Com relação à qualidade e extensão de DO e DV, algumas teorias são tradicionalmente apontadas como base para elucidar o problema a partir de diferentes fatores explicativos: a teoria da agência (Ali et al., 2004; Alkababji, 2016; Glaum & Street, 2003; Jensen & Meckling, 1976; Ross, 1973; Tsalavoutas, 2011), a teoria da sinalização (Ali et al., 2004; Morris, 1987; Oliveira et al., 2006; Owusu-Ansah, 1998; Ross, 1973; Spence, 1973; Tsalavoutas, 2011; Verrecchia, 1983), a teoria positiva da contabilidade, incluindo a hipótese dos custos políticos (Alkababji, 2016; Guerreiro, 2006; Tsalavoutas, 2011; Watts & Zimmerman, 1978, 1990) e a teoria dos custos de capital (Diamond & Verrecchia, 1991; Oliveira et al., 2006; Tsalavoutas, 2011). Tais teorias permitem justificar a inclusão tradicional na análise de fatores como tamanho, rentabilidade, alavancagem e tipo de auditor.

Entretanto, dada a especificidade do objeto deste estudo e as evidências já obtidas na literatura, a materialidade (o peso) dos itens em avaliação e a

relevância (a natureza) do tópico (IAS/IFRS) relacionada à divulgação da taxa de desconto também foram consideradas. A inclusão desse último elemento foi, também, uma contribuição adicional à investigação sobre esse assunto, o que aumenta a relevância deste estudo. Outra contribuição importante deste estudo para a literatura é a inclusão de DVs.

A metodologia utilizada para este trabalho é baseada no método de pesquisa de arquivos e análise de conteúdo como técnica de coleta de informações, com base nos relatórios consolidados das entidades listadas na Euronext Lisboa para 2020. Uma análise multivariada utilizando modelos de regressão linear foi desenvolvida com o objetivo de responder às hipóteses formuladas.

DO e DV em relação às taxas de desconto utilizadas na medição do valor presente para a determinação do valor atual foram identificadas como variáveis dependentes. Elas foram obtidas através do conteúdo fornecido, implícita ou explicitamente, nas quatro normas identificadas pelo IASB (2019) como mais relevantes nesse contexto, as quais foram selecionadas como objeto desta pesquisa. Mais especificamente, o estudo se concentrará nos itens relacionados a esse tópico, que podem ser encontrados total ou parcialmente em quatro normas: IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, IAS 19 – Benefícios a Empregados, IAS 36 – *Impairment* de Ativos, e IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com relação às variáveis independentes, o tamanho da entidade, a alavancagem, a rentabilidade e o tipo de auditor foram identificados como fatores explicativos, com base em diferentes teorias relacionadas à divulgação. Além disso, considerando as evidências obtidas na literatura sobre o assunto, a materialidade (o peso) dos itens em avaliação e a relevância (a natureza) do tópico (IAS/IFRS) relacionada à divulgação da taxa de desconto também foram consideradas.

As conclusões mostraram que o tamanho das entidades, bem como a materialidade (o peso) dos itens em avaliação e a relevância (a natureza) do tópico (IAS/IFRS) são as variáveis mais significativas relacionadas à divulgação das taxas de desconto em avaliação neste estudo. A teoria da agência e a teoria positiva da contabilidade, incluindo a hipótese dos custos políticos, foram a base teórica mais evidente para explicar os resultados obtidos.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No período de 2014 a 2017, o IASB (2019) concluiu que existem inconsistências nas exigências relacionadas às taxas de desconto previstas nas IAS e nas IFRS. Essas inconsistências estão essencialmente relacionadas com os

Apesar da existência de pesquisas que cobrem uma determinada norma (ou algumas normas), abrangendo diferentes ativos e passivos que podem ser mensurados ao valor atual sob várias IAS e IFRS [a saber, sobre a IFRS 13 (Alkababji, 2016; Kasyan et al., 2018), IAS 19 (Ali et al., 2004; Fahad et al., 2020; Santos et al., 2014; Street & Gray, 2002; Tsalavoutas, 2011), IAS 36 (Glaum et al. 2013; Paugam et al., 2013; Santos et al., 2014; Tsalavoutas, 2011), e IAS 37 (Santos et al., 2014; Tsalavoutas, 2011)], não foram identificados estudos que avaliem as divulgações relacionadas à taxa de desconto numa perspectiva mais ampla. Assim, este estudo contribui nesse sentido.

Através da revisão da literatura, também se descobriu que a análise sobre a divulgação de informações financeiras é consideravelmente mais abundante quando o tópico está relacionado às DOs do que às DVs (Ali et al., 2004; Alkababji, 2016; Fahad et al., 2020; Glaum et al., 2013; Hassan & Marston, 2010; Healy & Palepu, 2001; Kasyan et al., 2018; Lopes & Rodrigues, 2007; Meek et al., 1995; Paugam et al., 2013; Santos et al., 2014; Street & Gray, 2002; Tsalavoutas, 2011). Além disso, apesar do número significativo de estudos sobre DVs que cobrem diferentes tópicos [ver, por exemplo, Zamil et al. (no prelo)], ainda há lacunas no que diz respeito a questões específicas relacionadas a informações financeiras para as quais alguns requisitos estão ausentes nas IAS e IFRS, tais como taxas de desconto, o objeto desta pesquisa. Portanto, este estudo também preenche essa lacuna.

Pretende-se, então, que as conclusões deste estudo contribuam para a discussão em torno da identificação dos fatores subjacentes ao nível de divulgação nessa área, bem como para a necessidade de maiores esclarecimentos, por parte dos normalizadores, sobre os elementos que devem ser divulgados em assuntos relacionados à divulgação das taxas de desconto, incluindo, nesse contexto, a definição do que deve ser a prática na seleção da taxa de desconto a ser utilizada ou em termos dos critérios utilizados em sua formulação.

O artigo está estruturado em quatro capítulos. O quadro teórico é apresentado no segundo capítulo. O terceiro é dedicado ao estudo empírico, dividido em três seções: metodologia, apresentação e discussão dos resultados. Finalmente, o quarto e último capítulo apresenta as conclusões, limitações e perspectivas de investigação nesta área de estudo.

tipos de *inputs* utilizados na aplicação da técnica do valor presente ou como o valor desses é determinado. Outras inconsistências também estão relacionadas ao fato de que normas diferentes adotam bases de mensuração diferentes,

já que foram concebidas em momentos diferentes e com abordagens específicas. Existem, portanto, semelhanças e diferenças, tanto em termos das bases de mensuração como em termos dos *inputs* de mensuração a serem utilizados entre as diferentes IFRS relativas às taxas de desconto (IASB, 2019).

Apesar das dificuldades associadas às diferenças existentes, a literatura sobre o assunto não defende que as taxas de desconto devam ser necessariamente definidas de maneira uniforme, mas sim uma identificação ou definição mais precisa dos critérios que devem estar na base de sua seleção (Blum & Théron, 2019; Eckel et al., 2003; Husmann & Schmidt, 2008; Kvaal, 2010; Thauvron et al., 2019).

A seleção da taxa de desconto apropriada é controversa, e as recomendações diferem consoante o tipo de ativo ou passivo, mas também com os riscos que se procura incorporar nos modelos de desconto. Como tal, não há uma taxa de desconto única a ser incorporada na avaliação de ativos e passivos (Blum & Théron, 2019; Eckel et al., 2003). Além disso, o nível de divulgação exigido pelas IAS e pelas IFRS em relação ao valor presente e à taxa de desconto não é equivalente em todas as normas (IASB, 2019).

Quanto à divulgação da taxa em si, observa-se que ela é exigida na IAS 19, na IAS 36 e na IFRS 13, mas não na IAS 37. Outro exemplo está relacionado à análise de sensibilidade (quantitativa), já que sua divulgação é parcialmente exigida na IAS 36, não exigida na IAS 37 e, finalmente, exigida integralmente nas IFRS 13 e IAS 19.

Embora algumas IAS/IFRS exijam, entre outras, a divulgação de informações relacionadas às taxas de desconto, alguns estudos apontam a insuficiência ou mesmo, em alguns casos, a ausência de informações divulgadas, o que pode comprometer a qualidade, precisão e transparência dos relatórios financeiros (Alberto & Lopes, 2010; Souza et al., 2009).

Através da divulgação, os gestores podem preencher a lacuna entre as exigências legais e as necessidades dos usuários, tornando-se assim uma ferramenta importante para a comunicação com os *stakeholders* das entidades (Healy & Palepu, 2001). A divulgação adequada pode muitas vezes ir além da divulgação DO, transferindo parcialmente do preparador para os usuários de informações financeiras o ônus de avaliar a razoabilidade da mensuração (Eckel et al., 2003). Considerando seus benefícios e a relevância deste tópico, é importante compreender os elementos que podem explicar as divulgações feitas pelas entidades relativamente às taxas de desconto utilizadas na mensuração de ativos e passivos.

A literatura utiliza tradicionalmente diversas teorias para explicar o nível de divulgação em matéria de relatórios financeiros, com base em diferentes fatores explicativos. A partir da revisão bibliográfica, foi identificado que o

tamanho das entidades é o fator explicativo avaliado por um conjunto mais significativo de teorias. Nesse contexto, são identificadas a teoria da agência (Ali et al., 2004; Alkababji, 2016; Demir & Bahadir, 2014; Glaum & Street, 2003; Tsalavoutas, 2011), a teoria positiva da contabilidade, em particular a hipótese dos custos políticos (Alkababji, 2016; Guerreiro, 2006; Lopes & Rodrigues, 2007; Tsalavoutas, 2011) e a teoria do custo do capital (Tsalavoutas, 2011). Sobre esse tópico, a teoria da agência afirma que o custo de monitoramento, que visa permitir ao gestor supervisionar o comportamento e as decisões do agente, é um exemplo de um custo de agência que as maiores entidades têm maior capacidade de suportar (Jensen & Meckling, 1976).

Da perspectiva da teoria positiva da contabilidade, as entidades podem minimizar os custos de contratação através da divulgação (incluindo custos de transação, custos de agência, custos de renegociação e custos de falência) e, assim, maximizar o valor da entidade. Uma perspectiva semelhante é aplicável aos custos políticos aos quais as entidades que estão politicamente expostas estão sujeitas, pois as entidades precisam melhorar o nível de conformidade ou o cumprimento das normas contábeis e de relato financeiro, para mitigar seu próprio risco, divulgando mais informações. Entidades maiores tendem a estar sob escrutínio mais rigoroso; portanto, a hipótese dos custos políticos pode ser usada para explicar o maior nível de divulgação, dado que essa característica pode influenciar a magnitude da visibilidade política (Watts & Zimmerman, 1978, 1990). Apesar das diferentes perspectivas, essas teorias são, no entanto, relativamente consensuais em relação ao sinal positivo de associação do tamanho com o nível de divulgação.

A alavancagem e a rentabilidade são apoiadas na teoria da agência (Ali et al., 2004; Guerreiro, 2006; Oliveira et al., 2006), na teoria da sinalização (Ali et al., 2004; Demir & Bahadir, 2014; Oliveira et al., 2006; Owusu-Ansah, 1998; Tsalavoutas, 2011) e na teoria do custo do capital (Oliveira et al., 2006; Tsalavoutas, 2011). Morris (1987) afirma que as teorias da agência e da sinalização são complementares, pois os gestores podem sinalizar através da divulgação de suas expectativas e intenções. As entidades procuram minimizar a assimetria de informação e justificar sua rentabilidade e endividamento aumentando as divulgações feitas, o que, segundo Diamond e Verrecchia (1991), também reduz o custo do capital. Essa hipótese também concorda com a teoria da sinalização, inicialmente desenvolvida por Spence (1973), que se aplica a qualquer mercado onde exista assimetria de informação (Morris, 1987). Por outro lado, a teoria da sinalização também sugere que entidades com menor endividamento são encorajadas a enviar sinais ao mercado sobre sua estrutura financeira, implicando em níveis mais altos de divulgação (Zarzeski, 1996).

Novamente, as diferentes teorias geralmente apontam uma associação positiva entre esses fatores e o nível de divulgação, exceto pela teoria da sinalização, que propõe uma associação negativa para a alavancagem.

Finalmente, as empresas de auditoria *Big Four* estão frequentemente associadas à teoria da agência (Demir & Bahadir, 2014; Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira et al., 2006; Tsalavoutas, 2011), com um sinal de associação positiva entre esse fator e o nível de divulgação. A teoria da agência afirma que o auditor é um mecanismo para reduzir os custos da agência, mitigando a assimetria de informação e aumentando a credibilidade das divulgações (Jensen & Meckling, 1976). De acordo com Singhvi e Desai (1971), entidades de auditoria multinacionais tendem a exigir mais de seus clientes para evitar custos de reputação, especialmente em relação às divulgações.

Assim, verifica-se que os sinais da associação entre os fatores explicativos propostos e os níveis de divulgação apontam, em geral, para uma associação positiva, exceto pela alavancagem no contexto da teoria da sinalização. Os resultados dos estudos empíricos são, no entanto, menos consensuais, principalmente no que diz respeito à rentabilidade e à alavancagem.

Quanto ao tamanho, a literatura é identificada conforme as proposições iniciais, com predominância de investigações que encontram uma associação positiva (Ali et al. 2004; Alkababji, 2016; Alnaas & Rashid, 2019; Demir & Bahadir, 2014; Devalle & Rizzato, 2013; Guerreiro, 2006; Lopes & Rodrigues, 2007; Matis et al., 2013; Oliveira & Lemes, 2011; Owusu-Ansah, 1998; Richardson & Welker, 2001; Santos et al., 2014; Singhvi & Desai, 1971; Street & Gray, 2002; Wallace & Naser, 1995; Zarzeski, 1996). Sobre rentabilidade, há pesquisas que encontraram uma relação positiva (Ali et al., 2004), mas também o oposto (Wallace & Naser, 1995). Esse também é o caso de alavancagem, com estudos apontando tanto para uma associação positiva (Demir & Bahadir, 2014) quanto para uma associação negativa (Guerreiro, 2006; Maia et al. 2012; Oliveira et al., 2006; Zarzeski, 1996). Quanto às empresas de auditoria, há, como o tamanho, alguma consistência quanto ao significado positivo da associação (Alkababji, 2016; Demir & Bahadir, 2014; Glaum & Street, 2003; Glaum et al., 2013; Lopes & Rodrigues, 2007; Maia et al., 2012; Matis et al., 2013; Santos et al., 2014; Singhvi & Desai, 1971; Street & Gray, 2002; Tsalavoutas, 2011).

Com base nas evidências anteriores, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H₁: o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está positivamente associado ao tamanho da entidade.

H₂: o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está associado à rentabilidade da entidade.

H₃: o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está associado ao nível de alavancagem da entidade.

H₄: o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está positivamente associado à presença de empresas de auditoria *Big Four*.

Além das variáveis independentes tamanho, rentabilidade, alavancagem e auditores, esta pesquisa também inclui a materialidade (o peso) dos itens em avaliação e a relevância (a natureza) do tópico (IAS/IFRS).

Quanto à materialidade – que foi avaliada pelo peso do item subjacente à taxa de desconto utilizada – e à relevância, com base na natureza do tópico (IAS/IFRS) em avaliação, não foi identificada nenhuma teoria específica que justificasse a consideração de tais fatores. Entretanto, é possível apoiar a inclusão da análise de tais elementos com base nas evidências já obtidas na literatura. Há evidências que indicam um incentivo para a divulgação por parte das entidades, dependendo da materialidade da matéria em questão (Barth et al., 1997; Cho et al., 2012; Domingos et al., 2017; Fesler & Hagler, 1989; Glaum et al., 2013). Por exemplo, Fesler e Hagler (1989) verificaram, em um estudo sobre a divulgação de passivos contingentes de 126 entidades estadunidenses, que quanto maior a materialidade dos valores envolvidos, maior a probabilidade de que eles sejam divulgados. Além disso, Glaum et al. (2013), ao analisar entidades europeias em assuntos relacionados à IFRS 3 e IAS 36, descobriram que quanto maior o *goodwill* sobre o total de ativos, maior o nível de cumprimento das divulgações. Por outro lado, Cho et al. (2012) descobriram que as entidades não divulgaram informações sobre passivos ambientais sempre que os valores envolvidos não eram suficientemente relevantes. Com base nesses elementos, foi formulada a seguinte hipótese:

H₅: o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está positivamente associado à materialidade do item subjacente.

Quanto à relevância, deve-se observar que o próprio IASB identifica inconsistências motivadas pela falta de orientação específica em algumas das IAS/IFRS que podem levar a diferentes níveis de divulgação (IASB, 2019). Através da literatura, também é possível observar que o nível de divulgação difere segundo os padrões em análise, tanto em Portugal (Kasyan et al., 2018), como em outros mercados (Alkababji, 2016; Fahad et al., 2020; Glaum et al., 2013; Paugam et al., 2013). Tais divergências podem ser potencialmente explicadas pelas diferentes metodologias, períodos e amostras utilizadas, mas também pelas diferentes matérias envolvidas. A Tabela 1 resume os resultados obtidos por alguns estudos envolvendo as IAS e as IFRS selecionadas para esta investigação.

Tabela 1

Níveis de divulgação identificados em estudos sobre as *International Accounting Standards (IAS)* e *International Financial Reporting Standards (IFRS)* selecionadas para este estudo

Autor	Amostra	Ano	IFRS (%)			
			IFRS 13	IAS 19	IAS 36	IAS 37
Street & Gray (2002)	57 entidades listadas na França	1998		76		
Glaum et al. (2013)	223 entidades listadas em 17 países europeus	2005			73	
Tsalavoutas (2011)	153 entidades listadas na Grécia	2005		64	50	70
Paugam et al. (2013)	218 observações de entidades listadas na França	2006–2008			51	
Matiş et al. (2013)	20 entidades listadas no Reino Unido e na Alemanha	2007	50			
		2008	58			
		2009	71			
Alnaas e Rashid (2019)	121 entidades listadas em três países do Norte da África	2005		24		49
		2010		33		52
Santos et al. (2014)	366 entidades listadas no Brasil	2010		39		87
		2013	26			
		2014	40			
Kasyan et al. (2018)	17 entidades do setor bancário em Portugal	2014	40			
		2015	41			

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim, a seguinte hipótese de relacionamento é formulada, embora com um sinal desconhecido, considerando a relativa ausência de mais estudos

transversais sobre as IAS e as IFRS em avaliação no presente estudo:

H_0 : o nível de divulgação de matérias relacionadas às taxas de desconto está associado à relevância do tópico subjacente.

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1 Metodologia

Para realizar o estudo foram selecionadas as entidades incluídas no Índice de Ações de Portugal (*Portuguese Stock Index – PSI All-Share Index* da Euronext Lisboa para 2020. Desde 2005, as entidades listadas são obrigadas a utilizar as IAS e IFRS em suas contas consolidadas, com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, o que também é o caso das entidades em Portugal. Foram excluídas as entidades que não forneceram suas contas consolidadas para 2020, assim como as entidades que não possuíam nenhum elemento observável relevante para este estudo. Após os critérios de seleção mencionados acima, cinco entidades foram excluídas e, portanto, 33 entidades incluídas no *PSI All-Share Index* compreendem a população deste estudo.

Como variáveis dependentes, foram desenvolvidos índices de DO (IDO), índices de DV (IDV) e índices de divulgação total (IDT) com base nas exigências de divulgação relacionadas às taxas de desconto previstas

em cada uma das IAS e IFRS em estudo, bem como das DVs relacionados ao mesmo tópico sempre que um determinado tópico foi considerado relevante. Em seguida, no contexto dos DVs, destaca-se a inclusão de itens previstos como obrigatórios em algumas das IAS e IFRS, mas não previstos em outras. Assim, itens não exigidos no contexto de uma determinada IAS ou IFRS foram considerados como um item voluntário. Além disso, no contexto da coleta de dados, verificou-se que alguns itens já foram divulgados por um número ainda expressivo de entidades. Esses itens também foram, então, incluídos como DVs.

Os índices são elementos de avaliação objetivos, não associados à qualidade do relatório em geral, mas ao nível de transparência, avaliados pela quantidade de informações divulgadas (Urquiza et al., 2009), tal como utilizados em estudos similares nesse campo, como Ali et al. (2004), Matiş et al. (2013), Street & Gray (2002), e Tsalavoutas (2011).

A Tabela 2 apresenta os itens que fazem parte do IDO e IDV.

Tabela 2

Itens que fazem parte de índices de divulgação obrigatória (IDO), índices de divulgação voluntária (IDV) e índices de divulgação total (IDT) pelas International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS)

IAS/IFRS e tipo de item	Item	Descrição do item	Fonte
IFRS 13 – IDT	1	A técnica de avaliação.	a) § 91
	2	A taxa de desconto: no contexto das mensurações de valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia, a entidade deve fornecer informações quantitativas sobre os dados significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo.	d) § 93
	3	Reconciliações: reconciliação entre o saldo inicial e final.	e) § 93
	4	O fluxo de caixa estimado esperado – dados utilizados para desenvolver essas mensurações.	a) § 91
	5	Uma descrição narrativa da sensibilidade da mensuração do valor justo a mudanças em dados não observáveis se uma mudança desses dados para um valor diferente pode resultar em mensuração a um valor justo significativamente maior ou menor.	h) i. § 93
IAS 19 – IDO	2	A taxa de desconto: na estrutura de pressupostos atuariais significativos para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido.	§ 144
	3	Reconciliações: reconciliação entre o saldo inicial e final.	§ 140
	4	O valor presente da obrigação de benefício definido.	a) ii. § 140
	5	Uma análise de sensibilidade para cada pressuposto atuarial significativo no final do período do relatório.	a) § 145
	7	Divulgação sobre a classificação para a taxa de desconto.	§ 83
IAS 19 – IDV	8	Divulgação sobre o uso de uma taxa para referência às obrigações de alta qualidade das entidades relacionadas à taxa de desconto.	§ 83
	9	Divulgação do prazo ou extrapolação para o prazo compatível com as obrigações de benefícios pós-emprego estimados como garantia de consistência com os prazos para as taxas de desconto.	§ 83
	1	A técnica de avaliação: descrição da técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo menos os custos de alienação.	f) ii. § 130
IAS 36 – IDO	2	A taxa de desconto: sob os principais pressupostos utilizados para mensurar o valor justo menos os custos de alienação, o que inclui a taxa de desconto.	f) iii. § 130
	4	O valor recuperável do ativo ou UGC e se esse valor recuperável do ativo ou UGC representa seu valor justo menos os custos de alienação ou seu valor em uso.	e) § 130
IAS 36 – IDV	3	Reconciliações: reconciliação entre o saldo inicial e final.	
	5	Uma análise de sensibilidade aos principais pressupostos utilizados.	
IAS 37 – IDO	9	Divulgação da taxa de desconto utilizada para cada UGC.	
	3	Reconciliações: reconciliação entre o saldo inicial e final.	a) § 84
IAS 37 – IDV	6	A entidade revela os efeitos da mudança na taxa de desconto – o <i>unwinding effect</i> .	e) § 84
	1	A técnica de avaliação.	
	2	A taxa de desconto utilizada.	
	4	O fluxo de caixa estimado esperado.	
	5	Uma análise de sensibilidade aos principais pressupostos utilizados.	

UGC = unidade geradora de caixa.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Deve-se observar que não foram identificados DVs relevantes em relação à IFRS 13. Como tal, foram computados os resultados de 14 índices: IDO, IDV e IDT (que compila as informações do IDO e IDV anteriores) para IAS 19, IAS 36 e IAS 37; o IDT (= IDO) para IFRS 13; e um IDO, IDV e IDT global, que inclui as quatro IAS e IFRS objeto deste estudo. A numeração dos itens incluídos em cada índice foi realizada para garantir alguma consistência na análise entre as IAS e as IFRS por conteúdos relativamente semelhantes.

Para cada item em análise, se a informação foi divulgada adequadamente, foi atribuído o valor 1; nos casos em que a divulgação não seguia os requisitos definidos no estudo, foi atribuído o valor 0. Além disso, para os casos em que os itens avaliados não se aplicavam à realidade específica daquela entidade, foi atribuída a codificação de NA, e essa informação não foi computada nos índices, de acordo com a proposta de Owusu-Ansah (1998).

Assim, cada índice foi calculado a partir da seguinte expressão:

$$IDX = \frac{\sum_{i=1}^m di}{\sum_{i=1}^n dp}$$

em que X = obrigatório (M), voluntário (V), ou total (T), dependendo dos casos, d = 1 quando o elemento

é divulgado, d = 0 quando o elemento não é divulgado, m = número de itens divulgados, e n = número de itens suscetíveis de divulgação.

A Tabela 3 apresenta as variáveis independentes mais frequentemente identificadas na literatura como *proxies* dos fatores explicativos propostos para este estudo.

Tabela 3

Fatores e variáveis explicativas utilizados

Fator explicativo	Variável independente	Estudos identificados
Tamanho	Ativo total (TA), faturamento líquido (NT), ou capitalização de mercado (INDEX)	Ali et al. (2004), Alkababji (2016), Demir & Bahadir (2014), Guerreiro (2006), Lopes & Rodrigues (2007), Matis et al. (2013), Owusu-Ansah (1998), Richardson & Welker (2001), Santos et al. (2014), Singhvi & Desai (1971), Street & Gray (2002), Wallace & Naser (1995), Zarzeski (1996), Devalle & Rizzato (2013)
Rentabilidade	Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), retorno sobre o ativo (ROA)	Ali et al. (2004), Demir & Bahadir (2014), Guerreiro (2006), Santos et al. (2014), Wallace & Naser (1995)
Alavancagem	Taxa de endividamento total em relação ao total de ativos (DEBT), taxa de endividamento de longo prazo em relação ao patrimônio líquido ou taxa de alavancagem (LR)	Demir & Bahadir (2014), Lopes & Rodrigues (2007), Santos et al. (2014), Tsalavoutas (2011), Wallace & Naser (1995), Zarzeski (1996)
Auditores	<i>Big Four</i> (AUDIT)	Ali et al. (2004), Alkababji (2016), Demir & Bahadir (2014), Glaum et al. (2013), Guerreiro (2006), Lopes & Rodrigues (2007), Maia et al. (2012), Matis et al. (2013), Owusu-Ansah (1998), Santos et al. (2014), Singhvi & Desai (1971), Street & Gray (2002), Tsalavoutas (2011), Wallace & Naser (1995)
Materialidade	Peso relativo (WEIGHT)	Cho et al. (2012), Domingos et al. (2017), Glaum et al. (2013)
Relevância	IAS_IFRS	—

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

Quanto ao tamanho, foi selecionada uma variável associada à capitalização de mercado (INDEX), porque as entidades listadas estão envolvidas. Além disso, o potencial de correlações entre TA ou NT com outras variáveis igualmente extraídas dos relatórios financeiros é reduzido, ou seja, as variáveis associadas à rentabilidade, alavancagem e materialidade. Contudo, na ausência de uma fonte confiável para obter a capitalização de mercado, uma variável dicotômica indicativa das entidades listadas no índice PSI-20 da Euronext Lisboa, que inclui as maiores entidades portuguesas listadas, é utilizada como *proxy* (codificada com 1 nesse caso e 0 no caso contrário).

Para rentabilidade e alavancagem, a seleção foi baseada, mais uma vez, na identificação das variáveis menos correlacionadas entre si, com a escolha para as variáveis ROE e DEBT, respectivamente (correlação de 0,2, em valor absoluto, entre as variáveis).

Os auditores são representados pela variável *Big Four* (AUDIT), uma variável dicotômica indicativa das entidades auditadas por uma das *Big Four* (codificada com 1 nesse caso e 0 no caso contrário), de acordo com a literatura sobre o tema.

Com relação à materialidade (PESO), foram selecionados os itens mais diretamente relacionados aos

itens de divulgação coletados, que foram posteriormente utilizados como um substituto para a materialidade. Assim, no caso da IFRS 13, foram analisados os itens relacionados a investimentos financeiros, propriedades para investimento e outros ativos, tais como ativos biológicos. Para a IAS 19, foram observados os itens do passivo previdenciário. Para a análise da IAS 36, foi selecionado o *goodwill*, sendo um ativo utilizado em outros estudos no contexto dessa norma (Glaum et al. 2013). Para a IAS 37, foram avaliadas as provisões identificadas pelas entidades como sendo passíveis de desconto, tais como provisões ambientais e provisões para descomissionamento. O valor final para essa variável foi, então, calculado pela razão entre o montante de tais variáveis e o total do ativo.

Finalmente, para o que se denominou neste estudo de relevância (natureza) do item subjacente (IAS/IFRS), foi criada uma variável categórica independente chamada IAS_IFRS, onde 1 corresponde à IFRS 13, 2 corresponde à IAS 19, 3 corresponde à IAS 36 e 4 corresponde à IAS 37. Como este estudo utiliza a regressão linear, essa variável foi posteriormente subdividida para fins de análise do modelo de regressão em três variáveis dicotômicas em que a categoria 4 é utilizada como referência para a exclusão.

3.2 Apresentação dos Resultados

Através dos relatórios consolidados das 33 entidades, 89 observações distribuídas pelas diferentes IAS e IFRS foram analisadas. O menor número de observações pode ser visto para a IAS 37 (apenas 11%), como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4

Número de observações por International Accounting Standards (IAS)/International Financial Reporting Standards (IFRS)

IFRS	Número de observações	%
IFRS 13	31	35
IAS 19	20	22
IAS 36	28	31
IAS 37	10	11
Total	89	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 5 apresenta os níveis médios de divulgação para os vários IDO e IDV que fazem parte do IDT relacionado às IAS/IFRS, codificando com NA os casos não aplicáveis.

Tabela 5

Itens dos índices de divulgação obrigatória (IDO) e voluntária (IDV) por International Accounting Standards (IAS)/International Financial Reporting Standards (IFRS)

Item	Descrição (visão geral)	IFRS 13		IAS 19		IAS 36		IAS 37	
		IDO	IDV	IDO	IDV	IDO	IDV	IDO	IDV
1	Técnica de avaliação utilizada	81%	NA	NA	100%	100%	NA	NA	90%
2	Taxas de desconto	61%	NA	100%	NA	96%	NA	NA	20%
3	Reconciliação de saldos	77%	NA	95%	NA	NA	96%	100%	NA
4	Montantes para fins de medição	39%	NA	100%	NA	14%	NA	NA	100%
5	Análise de sensibilidade	32%	NA	80%	NA	NA	75%	NA	0%
6	Rating (IAS 19)	NA	NA	30%	30%	NA	NA	NA	NA
7	Títulos de alta qualidade (IAS 19)	NA	NA	55%	55%	NA	NA	NA	NA
8	Informações sobre o prazo (IAS 19)	NA	NA	25%	25%	NA	NA	NA	NA
9	Taxa de desconto para CGU (IAS 36)	NA	NA	NA	NA	NA	86%	NA	NA
10	Unwinding effect (IAS 37)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	30%	NA
Observações em número e em %		31 (35%)		20 (22%)		28 (31%)		10 (11%)	

Nota: Itens destacados denotam valores superiores a 75%.

CGU = unidade geradora de caixa; NA = não aplicável.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por item, é possível observar que, em geral, são os itens relacionados às técnicas de avaliação (item 1) e reconciliação de saldos (item 3) que, seja como requisito obrigatório ou como DV, têm taxas médias de divulgação mais altas (superiores a 75%). É no contexto da IFRS 13 que são observados os menores valores para esses itens, com 81% para o item 1 e 77% para o item 3. Para outras IAS e IFRS, os números excedem 90% e chegam a 100% em alguns casos. A divulgação das taxas de desconto utilizadas (item 2) atinge valores significativos em relação à IAS 19 e IAS 36, com 100% no primeiro caso. Embora com níveis mais baixos (entre 75 e 80%),

essas normas também se destacam sobre a divulgação de uma análise de sensibilidade envolvendo os principais pressupostos utilizados na avaliação (item 5). Esses casos podem ser explicados por normas mais diretamente relacionadas a itens de passivos (IAS 19) e ativos (IAS 36), respectivamente, que têm, como semelhança, o fato de serem frequentemente incluídos no conjunto de matérias que envolvem a necessidade de um nível mais elevado de estimativas ou pressupostos críticos. Além disso, é também para a IAS 19, juntamente à IAS 37, que os valores de referência para a mensuração realizada (item 4) são apresentados como um item de divulgação feito por

100% das entidades. Deve ser dada a necessidade de destacar que estão em causa avaliações especificamente relacionadas com os itens dos passivos. No contexto das DVs de algumas das IAS/IFRS avaliadas, destacamos a divulgação das taxas de desconto utilizadas para a UGC, avaliada sob a IAS 36, que chega a 86% (item 9).

Após avaliar os itens que compõem os índices de divulgação, a Tabela 6 apresenta os resultados gerais obtidos para os diferentes índices (IDT, IDO e IDV), tanto para o total das entidades quanto para as diferentes IAS e IFRS em estudo.

Tabela 6

Estatística descritiva das variáveis dependentes

Variável	IAS/IFRS	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IDT	IFRS 13	31	0,000	1,000	0,581	0,289
IDT	IAS 19	20	0,500	1,000	0,731	0,174
IDO	IAS 19	20	0,750	1,000	0,938	0,108
IDV	IAS 19	20	0,250	1,000	0,525	0,305
IDT	IAS 36	28	0,333	1,000	0,780	0,141
IDO	IAS 36	28	0,333	1,000	0,702	0,136
IDV	IAS 36	28	0,333	1,000	0,857	0,208
IDT	IAS 37	10	0,333	0,833	0,567	0,153
IDO	IAS 37	10	0,500	1,000	0,650	0,229
IDV	IAS 37	10	0,250	0,750	0,525	0,135
IDT	Todos	33	0,400	0,909	0,679	0,139
IDO	Todos	33	0,400	1,000	0,697	0,155
IDV	Todos	31	0,250	1,000	0,682	0,218

IAS = *International Accounting Standards*; IFRS = *International Financial Reporting Standards*; IDO = *índices de divulgação obrigatória*; IDT = *índices de divulgação total*; IDV = *índices de divulgação voluntária*.

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

A partir dos resultados obtidos, é possível notar que as entidades divulgam, em média, 67,9% dos itens analisados. Em detalhe, a divulgação de itens com caráter obrigatório atinge um nível ligeiramente superior (69,7%). Para itens de natureza voluntária, no entanto, os níveis de divulgação não se desviam significativamente desses valores, com um valor médio de 68,2%. Na comparação entre IDO e IDV, é possível identificar que os valores mínimos mais reduzidos são identificáveis para o primeiro índice mencionado acima, seja para o conjunto de IAS ou IFRS ou para cada IAS ou IFRS analisada. É também para o IDO que o valor médio observado é o menor, exceto para os itens que fazem parte do IDV para IAS 36.

Através de uma análise por IAS/IFRS, há um nível reduzido de divulgação para as IFRS 13 e IAS 37, com um nível médio de 58,1 e 56,7%, respectivamente. Além disso, é também no contexto da IFRS 13 que o valor mais alto para o desvio padrão é observado. Na direção oposta, com níveis médios de divulgação mais elevados, estão as IAS 19 e IAS 36, com 73,1 e 78%, respectivamente. Deve-se ressaltar que, para a IAS 19, o valor médio mais alto na comparação entre IDO e IDV surge para o primeiro, uma situação oposta à que ocorre com a IAS 36.

É importante notar a amplitude (diferença entre máximo e mínimo) ainda significativa em cada um dos índices calculados, com o menor valor observável para a IAS 19 (25 pontos percentuais). Para esse índice, deve-se observar que todas as entidades tiveram um resultado superior a 75% e algumas alcançaram 100%. Por outro lado, o IDT para IFRS 13 apresenta a maior amplitude, existindo uma entidade que não cumpre nenhum dos requisitos examinados, ao contrário de outras que cumprem com todos os requisitos estabelecidos na norma.

O teste Kruskal-Wallis, apresentado na Tabela 7, mostra os resultados através de uma perspectiva geral, pela comparação entre cada IAS ou IFRS objeto deste estudo. Portanto, há maior semelhança entre a menor média da IFRS 13 e IAS 37, tanto para o IDT quanto para o IDO. Para os mesmos índices, os valores mais altos são identificados, respectivamente, para IAS 36 (influenciada pelo IDV) e IAS 19 (que também impactam o IDT). Considerando esses dados, e para um nível de significância de 1%, as diferenças estatisticamente significativas entre os índices analisados são globalmente identificadas, à luz deste teste.

Tabela 7Teste *Kruskal-Wallis*

Índice e estatísticas de teste	IAS/IFRS	N	Posição média
IDT H de Kruskal-Wallis = 15,70; df = 3; significância assintótica = 0,001	IFRS 13	31	34,94
	IAS 19	20	49,60
	IAS 36	28	57,96
	IAS 37	10	30,70
IDO H de Kruskal-Wallis = 28,59; df = 3; significância assintótica = 0,000	IFRS 13	31	32,94
	IAS 19	20	70,13
	IAS 36	28	43,89
	IAS 37	10	35,25
IDV H de Kruskal-Wallis = 19,31; df = 2; significância assintótica = 0,000	IAS 19	20	20,55
	IAS 36	28	39,18
	IAS 37	10	20,30

df = degrees of freedom (graus de liberdade); IAS = International Accounting Standards; IFRS = International Financial Reporting Standards; IDO = índices de divulgação obrigatória; IDT = índices de divulgação total; IDV = índices de divulgação voluntária.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O teste de Mann-Whitney permite uma comparação mais detalhada das diferenças entre as IAS e IFRS e os índices em avaliação. A Tabela 8 mostra os níveis de significância obtidos para o teste. Assim, existem

diferenças significativas entre os índices nas diferentes análises concretizadas com as seguintes exceções: entre a IFRS 13 e IAS 37 (para IDT e IDO) e entre a IAS 19 e IAS 36 (somente IDT).

Tabela 8Teste *Mann-Whitney*

	Significado assintótico (dois lados)					
	IFRS 13 vs. IAS 19	IFRS 13 vs. IAS 36	IFRS 13 vs. IAS 37	IAS 19 vs. IAS 36	IAS 19 vs. IAS 37	IAS 36 vs. IAS 37
IDT	0,043	0,001	0,988	0,177	0,024	0,002
IDO	0,000	0,024	0,560	0,000	0,005	0,070
IDV	—	—	—	0,000	0,559	0,000

IAS = International Accounting Standards; IFRS = International Financial Reporting Standards; IDO = índices de divulgação obrigatória; IDT = índices de divulgação total; IDV = índices de divulgação voluntária.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para encontrar respostas às hipóteses, o estudo utiliza um modelo de regressão linear múltipla pelo método Enter

para cada uma das três variáveis dependentes propostas, IDT, IDO e IDV, como mostrado nas equações 1, 2 e 3:

$$IDT = \beta_0 + \beta_1 INDEX + \beta_2 ROE + \beta_3 DEBT + \beta_4 AUDIT + \beta_5 PESO + \beta_6 IAS_IFRS + \varepsilon \quad \boxed{1}$$

$$IDO = \beta_0 + \beta_1 INDEX + \beta_2 ROE + \beta_3 DEBT + \beta_4 AUDIT + \beta_5 PESO + \beta_6 IAS_IFRS + \varepsilon \quad \boxed{2}$$

$$IDV = \beta_0 + \beta_1 INDEX + \beta_2 ROE + \beta_3 DEBT + \beta_4 AUDIT + \beta_5 PESO + \beta_6 IAS_IFRS + \varepsilon \quad \boxed{3}$$

Antes de apresentar os modelos, suas suposições essenciais foram validadas. O processo começou analisando a correlação entre as variáveis para identificar possíveis problemas de colinearidade entre as variáveis independentes. Não obstante, não foram identificadas correlações superiores a 0,5 em valor absoluto.

A Tabela 9 apresenta um resumo dos modelos de regressão propostos, sendo possível identificar que os modelos explicam entre 25% (para IDT) e 33% (para IDO e IDV) da variância total, com base no R² ajustado. O teste Durbin-Watson confirmou a ausência de erros independentes, sem evidência de autocorrelação (valores próximos a 2,0).

Tabela 9

Resumo dos modelos

Modelos	R	R ²	R ajustado ²	SER	Durbin Watson
IDT	0,564	0,318	0,247	0,2050	2,197
IDO	0,624	0,389	0,325	0,2052	1,892
IDV	0,646	0,418	0,329	0,2340	1,891

IDO = índices de divulgação obrigatória; IDT = índices de divulgação total; IDV = índices de divulgação voluntária; SER = erro de estimativa padrão.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O significado geral dos modelos é testado, por sua vez, pelo teste F [análise de variância (ANOVA)] apresentado

na Tabela 10, que permite verificar que o modelo pode ser aplicado para realizar inferências estatísticas.

Tabela 10

Análise de variância (ANOVA) resultados

Modelo		Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
IDT	Regressão	1,492	8	0,186	4,437	0,000
	Residual	3,194	76	0,042		
	Total	4,686	84			
IDO	Regressão	2,040	8	0,255	6,055	0,000
	Residual	3,201	76	0,042		
	Total	5,241	84			
IDV	Regressão	1,807	7	0,258	4,714	0,000
	Residual	2,519	46	0,055		
	Total	4,325	53			

df = degrees of freedom (graus de liberdade); IDO = índices de divulgação obrigatória; IDT = índices de divulgação total; IDV = índices de divulgação voluntária.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Finalmente, a Tabela 11 apresenta, simultaneamente, os coeficientes dos modelos e os resultados do diagnóstico

de multicolinearidade através do fator de inflação da variância (*variation inflation factor* – VIF).

Tabela 11

Coeficientes e estatísticas de multicolinearidade dos modelos

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	T	Sig.	Estatísticas de colinearidade		
	B	Desvio padrão	Beta			Tolerância	VIF	
IDT	(Constante)	0,391	0,135		2,894	0,005		
	INDEX	0,174	0,052	0,367	3,367	0,001	0,755	1,325
	ROE	-0,063	0,116	-0,053	-0,540	0,591	0,936	1,068
	DEBT	0,084	0,127	0,068	0,664	0,509	0,863	1,159
	AUDIT	0,013	0,088	0,015	0,145	0,885	0,841	1,189
	WEIGHT	0,293	0,124	0,245	2,361	0,021	0,836	1,196
	IAS_IFRS_1	-0,006	0,080	-0,013	-0,080	0,936	0,333	3,007
	IAS_IFRS_2	0,172	0,084	0,300	2,038	0,045	0,415	2,409
	IAS_IFRS_3	0,180	0,081	0,357	2,227	0,029	0,349	2,868
	IDO	(Constante)	0,400	0,135		2,951	0,004	
INDEX		0,127	0,052	0,255	2,467	0,016	0,755	1,325
ROE		-0,039	0,116	-0,031	-0,336	0,738	0,936	1,068
DEBT		0,156	0,127	0,119	1,229	0,223	0,863	1,159
AUDIT		0,083	0,088	0,092	0,943	0,348	0,841	1,189
WEIGHT		0,275	0,124	0,217	2,209	0,030	0,836	1,196
IAS_IFRS_1		-0,102	0,080	-0,198	-1,273	0,207	0,333	3,007
IAS_IFRS_2		0,264	0,085	0,434	3,116	0,003	0,415	2,409
IAS_IFRS_3		0,014	0,081	0,027	0,177	0,860	0,349	2,868

Tabela 11

Cont.

Modelo	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	T	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Desvio padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	0,583	0,192		3,037	0,004		
INDEX	0,200	0,073	0,344	2,717	0,009	0,791	1,265
ROE	-0,200	0,181	-0,129	-1,109	0,273	0,939	1,065
DEBT	-0,065	0,188	-0,041	-0,345	0,732	0,887	1,127
AUDIT	0,235	0,265	0,121	0,888	0,379	0,682	1,466
WEIGHT	-0,141	0,140	-0,130	-1,008	0,319	0,757	1,320
IAS_IFRS_2	0,032	0,097	0,053	0,327	0,745	0,483	2,072
IAS_IFRS_3	0,303	0,095	0,535	3,199	0,002	0,453	2,210

IDO = índices de divulgação obrigatória; IDT = índices de divulgação total; IDV = índices de divulgação voluntária; VIF = fator de inflação da variância.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação ao VIF, os valores estão dentro dos intervalos para descartar a hipótese de multicolinearidade entre as variáveis.

3.3 Discussão dos Resultados

Através da análise descritiva realizada e à luz da classificação proposta por Samaha e Stapleton (2008), pode-se afirmar que o nível de divulgação das entidades sujeitas a este estudo é, por norma, o chamado nível intermediário de divulgação, considerando para essa classificação valores na faixa entre 60 e 79%. As exceções ficam por conta do IDO médio para IAS 19 e o IDV para IAS 36, superiores aos obtidos para as restantes IAS e IFRS.

Há também um tratamento diferenciado por parte das entidades para DO ou DV na estrutura de cada uma das IAS e IFRS. Apesar da dificuldade em estabelecer comparações com estudos anteriores, devido a diferenças metodológicas, de período ou amostra, é possível identificar como ponto comum as divergências nos níveis de divulgação, de acordo com o tema em análise, ou seja, para as diferentes IAS e IFRS analisadas.

As conclusões estão assim em consonância com as de Tsalavoutas (2011), que encontraram, em um estudo mais transversal sobre o tema, diferenças entre os níveis de divulgação para IAS 19, IAS 36 e IAS 37. Também corrobora, em outra perspectiva, as divergências entre os níveis de divulgação identificados e os diferentes estudos que utilizaram, individualmente, as mesmas IAS e IFRS propostas neste estudo, ou seja, para IFRS 13 (Kasyan et al., 2018; Matiş et al., 2013), IAS 19 (Street & Gray, 2002),

IAS 36 (Glaum et al., 2013; Paugam et al., 2013) e IAS 37 (Alnaas & Rashid, 2019).

Em geral, uma relação significativa e positiva entre o tamanho e o nível de divulgação das taxas de desconto é confirmada para os três modelos. Assim, H₁ é confirmada, em consonância com a já extensa literatura sobre o assunto referida no capítulo anterior, que inclui a teoria da agência (Ali et al., 2004; Alkababji, 2016; Demir & Bahadir, 2014; Glaum & Street, 2003; Tsalavoutas, 2011), a teoria positiva da contabilidade, em particular a hipótese dos custos políticos (Alkababji, 2016; Guerreiro, 2006; Lopes & Rodrigues, 2007; Tsalavoutas, 2011) e a teoria do custo do capital (Tsalavoutas, 2011).

Por outro lado, as relações propostas com rentabilidade (H₂), alavancagem (H₃) e as *Big Four* (H₄) não são confirmadas, sendo as conclusões efetivamente menos consensuais, especialmente nos dois primeiros casos.

A hipótese relacionada à associação positiva com a materialidade (H₅) é parcialmente confirmada, apresentando-se significativa apenas para os modelos em que o IDT e o IDO estão envolvidos. Esse resultado pode indicar que a inclusão de requisitos obrigatórios dentro das IAS e IFRS tem efeitos, reforçados conforme a importância material dos itens de ativo ou passivo relacionados à divulgação.

Finalmente, a relevância (natureza) do assunto (H₆) também é confirmada. Nesse contexto, e corroborando as análises anteriores, os níveis mais altos de divulgação para IDT são confirmados quando se trata de assuntos relacionados à IAS 19 (no contexto do IDO) e à IAS 36 (no contexto do IDV).

4. CONCLUSÕES

O estudo identificou os diferentes fatores que potencialmente influenciam o nível de divulgação (DO e DV) relativamente às taxas de desconto nas IAS e IFRS, nos quais essa variável é assumida como relevante para a determinação do valor atual, tendo as entidades listadas em Portugal como a população.

Os resultados obtidos mostram níveis intermediários de divulgação (entre 60 e 79%), mas podem estar um pouco abaixo ou acima desses valores, dependendo do tema em questão. Tais diferenças podem ser explicadas, à luz dos resultados obtidos, seja pela importância material do item ou por sua natureza. É no contexto da IAS 19 e da IAS 36, muitas vezes relatadas por entidades como normas cujo conteúdo demonstra ser necessário o exercício de julgamento e estimativas críticas, que o item específico relativo à divulgação das taxas de desconto é o mais divulgado.

Dentre as variáveis classicamente consideradas nesta análise, a relação positiva entre o tamanho da entidade e o nível de divulgação é confirmada, corroborando os resultados mais robustos previamente identificados na literatura. Portanto, esse achado está alinhado com as teorias mais consensuais sobre o nível de divulgação das entidades.

O estudo apresenta como limitações o reduzido universo de análise, limitado a entidades listadas no mercado português para um único ano, bem como a subjetividade intransponível inerente ao processo, especialmente no que diz respeito à identificação de DVs relevantes. Assim, sugere-se a continuidade dos estudos nesta área, incluindo entidades de diferentes países e mais fatores explicativos, tais como o setor de atividade ou elementos relacionados à governança corporativa da entidade. Tais elementos não foram incluídos neste estudo.

Como contribuição, este estudo propõe uma análise mais transversal das divulgações especificamente relacionadas às taxas de desconto, seja DO ou DV, o que ainda é raro na literatura sobre esse tema. As conclusões deste estudo apontam para a necessidade de maiores esclarecimentos por parte dos organismos de normalização, em geral, e do IASB quanto aos elementos que devem ser divulgados em assuntos relativos às taxas de divulgação, quanto à definição do que deve ser utilizado na seleção da taxa de desconto a ser utilizada ou no nível de expediente utilizado em sua formulação. Também foi observado que os DVs desempenham um papel complementar relevante, preenchendo as lacunas de informação que não estão devidamente especificadas nas normas.

REFERÊNCIAS

- Alberto, F., & Lopes, J. (2010). A utilização do valor de uso nas empresas do PSI 20. *Revista de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*, 91, 4-6. <http://hdl.handle.net/10198/2732>
- Ali, M. J., Ahmed, K., & Henry, D. (2004). Disclosure compliance with national accounting. *Accounting and Business Research*, 34(3), 183-199. <https://doi.org/10.1080/00014788.2004.9729963>
- Alkababji, M. (2016). The extent of compliance with disclosure requirements for fair value measurements (IFRS-13): A study on the annual reports of Palestinian corporations. *European Journal of Accounting, Auditing and Finance Research*, 4(4), 65-88. <https://www.eajournals.org/keywords/ifrs-13/>
- Alnaas, A., & Rashid, A. (2019). Firm characteristics and compliance with IAS/IFRS: Evidence from North African companies. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 17(3), 383-410. <https://doi.org/10.1108/JFRA-06-2018-0052>
- Barth, M., McNichols, M., & Wilson, P. (1997). Factors influencing firms disclosures about environmental liabilities. *Review of Accounting Studies*, 2(1), 35-64. <https://ssrn.com/abstract=2543>
- Blum, V., & Théron, P. (2019). *Discount rate in accounting: How practitioners depart the IFRS maze towards the end of determinism in accounting*. Autorité des Normes Comptables. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:hal:journl:hal-03283265>
- Cho, C., Freedman, M., & Patten, D. (2012). Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(3), 486-507. <https://doi.org/10.1108/09513571211209617>
- Demir, V., & Bahadir, F. (2014). An investigation of compliance with International Financial Reporting Standards by listed companies in Turkey. *Journal of Information Systems*, 13(1), 4-34. http://online-cig.ase.ro/jcig/art/13_1_1.pdf
- Devalle, A., & Rizzato, F. (2013). IFRS 3, IAS 36 and disclosure: The determinants of the quality of disclosure. *GSTF Journal on Business Review*, 2(4), 1-7. https://doi.org/10.5176/2010-4804_2.4.245
- Diamond, D., & Verrecchia, R. (1991). Disclosure, liquidity, and the cost of capital. *The Journal of Finance*, 46(4), 1325-1359. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/2328861>
- Domingos, S., Oliveira, M., Silva, R., & Ponte, V. (2017). *Divulgação e materialidade das provisões e passivos ambientais divulgados pelas companhias listadas na*

- BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 24(2), 75-89. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/51850>
- Eckel, L., Fortin, S., & Fisher, K. (2003). The choice of discount rate for external reporting purposes: Considerations for standard setting. *Accounting Forum*, 27(1), 28-59. <https://doi.org/10.1111/1467-6303.00095>
- Ernest & Young Global Limited. (2016). *Accounting treatment of social benefits with a view to financial reporting requirements under the future EPSAS*. <https://circabc.europa.eu/sd/a/992fbb51-d3ce-4cef-be2d-90af9c42f664/Issue%20Paper%20on%20Social%20Benefits.pdf>
- Fahad, N., Ma, N., & Scott, T. (2020). The consequences of discount rate selection for defined benefit liabilities. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 16(1), 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2020.100184>
- Fesler, R., & Hagler, L. (1989). Litigation disclosures under SFAS No. 5: A study of actual cases. *Accounting Horizons*, 3(1), 10-20. <https://www.proquest.com/openview/0e409e869c57a73decf23185208599d6/1?cbl=3330>
- Glaum, M. S., Street, D., & Vogel, S. (2013). Compliance with IFRS 3- and IAS 36-required disclosures across 17 European countries: Company- and country-level determinants. *Accounting and Business Research*, 43(3), 163-204. <https://doi.org/10.1080/00014788.2012.711131>
- Glaum, M., & Street, D. (2003). Compliance with the disclosure requirements of Germany's new market: IAS versus US GAAP. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 14(1), 64-100. <https://doi.org/10.1111/1467-646X.00090>
- Guerreiro, M. (2006). Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Revista de Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32. https://www.occ.pt/downloads/files/1180015702_martaalexandraguerra.pdf
- Hassan, O., & Marston, C. (2010). Disclosure measurement in the empirical accounting literature – A review article. *International Journal of Accounting*, 54(2), 1-58. <https://doi.org/10.1142/S1094406019500069>
- He, L. (2020). Discount rate behaviour in fair value reporting. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 28, 1-4. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100386>
- Healy, P., & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 405-440. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0)
- Husmann, S., & Schmidt, M. (2008). The discount rate: A note on IAS 36. *Accounting in Europe*, 5(1), 49-62. <https://doi.org/10.1080/17449480802088762>
- International Accounting Standards Board. (2019). *Discount rates in IFRS standards*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/discount-rates/project-summary.pdf>
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Kasyan, A., Santos, P., Pinho, C., & Pinto, V. (2018). Disclosure of fair value measurement techniques of financial instruments – Study applied to the Portuguese banking sector according to IFRS 13. *International Journal of Business and Management Innovation*, 7(9), 32-44. <http://hdl.handle.net/10400.2/9199>
- Kvaal, E. (2010). The discount rate of IAS 36 – A comment. *Accounting in Europe*, 7(1), 87-95. <https://doi.org/10.1080/17449480.2010.485378>
- Lopes, P., & Rodrigues, L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 1(42), 25-56. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.12.002>
- Maia, H., Formigoni, H., & Silva, A. (2012). Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidência obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade do Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 14(44), 335-352. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v14i44.1047>
- Matiş, D., Damian, M. I., & Bonaci, C. G. (2013). Fair value measurement disclosures: Particularities in the context of listed companies and European funding. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, 15(1), 40-53. <https://doi.org/10.29302/oeconomica.2013.15.1.3>
- Meek, G., Roberts, C., & Gray, S. (1995). Factors influencing voluntary annual report disclosures by U.S., U.K and Continental European Multinational Corporations. *Journal of International Business Studies*, 26(3), 555-572. <https://www.jstor.org/stable/155561>
- Morris, R. (1987). Signalling, agency theory and accounting policy choice. *Accounting and Business Research*, 18(69), 47-56. <https://doi.org/10.1080/00014788.1987.9729347>
- Oliveira, L., Rodrigues, L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: Evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11-33. <https://doi.org/10.1108/14013380610672657>
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155-173. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>
- Owusu-Ansah, S. (1998). The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 33(5), 605-631. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(98\)90015-2](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(98)90015-2)
- Paugam, L., Ramond, O., Husson, B., Philippe, H., & Casta, J. F. (2013). Risque d'estimation, coût du capital et communication des tests de dépréciation. *Finance Contrôle Stratégie*, 16(1). <https://doi.org/10.4000/fcs.1260>

- Peasnell, K. (1977). The present value concept in financial reporting. *Journal of Business Finance & Accounting*, 4(2), 153-168. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1977.tb00702.x>
- PricewaterhouseCoopers. (2018). *Applying discount rates under the future European Public Sector Accounting Standards (EPSAS)*. <https://circabc.europa.eu/sd/a/12a99051-5c46-4dc4-add5-d6464877ed3f/Issue%20paper%20on%20applying%20discount%20rates.pdf>
- Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002 on the application of international accounting standards. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex%3A32002R1606>
- Richardson, A., & Welker, M. (2001). Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7-8), 597-616. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00025-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00025-3)
- Ross, S. (1973). The economic theory of agency: The principal's problem. *The American Economic Review*, 63(2), 134-139. <https://www.jstor.org/stable/1817064>
- Saha, A., & Bose, S. (2021). Do IFRS disclosure requirements reduce the cost of capital? Evidence from Australia. *Accounting & Finance*, 61(3), 4669-4701. <https://doi.org/10.1111/acfi.12744>
- Samaha, K., & Stapleton, P. (2008). Compliance with International Accounting Standards in a national context: Some empirical evidence from the Cairo and Alexandria Stock Exchanges. *Afro-Asian J. Finance and Accounting*, 1(1), 40-66. <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/AJFA.2008.01689>
- Santos, E. S., Ponte, V. M., & Mapurunga, P. V. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 161-176. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200006>
- Sarquis, R., Santos, A., Lourenço, I., & Braunbeck, G. (2021). Joint venture investments: An analysis of the level of compliance with the disclosure requirements of IFRS 12. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 32(2), 207-232. <https://doi.org/10.1111/jifm.12130>
- Singhvi, S. S., & Desai, H. B. (1971). An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. *The Accounting Review*, 46(1), 129-138. <https://www.jstor.org/stable/243894>
- Souza, M., Borba, J., & Alberton, L. (2009). Divulgação da perda por *impairment* em empresas auditadas pelas Big Four. *Pensar Contábil*, 11(46), 12-19. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/366>
- Spence, M. (1973). Job market signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355-374. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/1882010>
- Street, D., & Gray, S. (2002). Factors influencing the extent of corporate compliance with International Accounting Standards: Summary of a research monograph. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 11(1), 51-76. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S1061-9518\(02\)00054-X](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S1061-9518(02)00054-X)
- Thauvron, A., Desban, M., Astolfi, P., & Lecarpentier-Moyal, S. (2019). *Valuation and discount rates under IFRS: Does a size premium exist on the French market?* [Working paper]. Autorité des Normes Comptables. https://www.anc.gouv.fr/files/live/sites/anc/files/contributed/ANC/3_Recherche/D_Etats_generaux/2019/Policy_papers/TR2_PP_ASTOLFI_THAUVRON_PRIME-DE-TAILLE_VE.pdf
- Tsalavoutas, I. (2011). Transition to IFRS and compliance with mandatory disclosure requirements: What is the signal? *Advances in Accounting*, 27(2), 390-405. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2011.08.006>
- Urquiza, F., Navarro, M., & Trombetta, M. (2009). Disclosure indices design: Does it make a difference? *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 12(2), 253-277. [https://doi.org/10.1016/S1138-4891\(09\)70008-1](https://doi.org/10.1016/S1138-4891(09)70008-1)
- Verrecchia, R. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 179-194. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)
- Wallace, R. S., & Naser, K. (1995). Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting & Public Policy*, 14(4), 311-368. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(95\)00042-9](https://doi.org/10.1016/0278-4254(95)00042-9)
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134. <https://www.jstor.org/stable/245729>
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1990). Positive accounting theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156. <https://www.jstor.org/stable/247880>
- Zamil, I. A., Ramakrishnan, S., Jamal, N. M., Hatif, M. A., & Khatib, S. F. A. (in press). Drivers of corporate voluntary disclosure: A systematic review. *Journal of Financial Reporting and Accounting*. <https://doi.org/10.1108/JFRA-04-2021-0110>
- Zarzeski, M. T. (1996). Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosure practices. *Accounting Horizons*, 10(1), 18-37.